Parágrafo único - Os próprios públicos podem ser iluminados de verde, cor internacionalmente usada para a conscientização da Semana Estadual de Conscientização sobre a Escliose Idiopática Adolescente.

Artigo 3º - Ao cumprimento desta Lei, o Poder Executivo regulamentará, no que couber, se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A escliose é um desvio de coluna progressivo que atinge milhões de crianças em todo o Brasil, sem causa aparente e que pode levar até a uma intervenção cirúrgica e possível perda de mobilidade.

A escliose idiopática adolescente atinge milhões de pessoas no Brasil e no mundo, em especial as meninas, e pode ser controlada se identificada antes que as curvas atinjam graus mais significativos, porém a maioria das pessoas desconhece o problema. A ideia desta semana é essa: despertar as pessoas para que conheçam o problema, e repetir todos os anos para que a sociedade como um todo participe deste tipo de ação, como ocorre em outros tipos de campanhas.

A pretensão da semana ser comemorada na última semana de junho deve-se ao fato de existir uma data internacional, o International Scoliosis Awareness Day (Dia Internacional da Conscientização sobre Escliose), e esta ser celebrada anualmente no último sábado do mês de junho. Desta forma, o Dia Internacional a ser comemorado coincidirá dentro da semana estadual.

"Informar as pessoas sobre a escliose idiopática adolescente é extremamente importante porque ela aparece por volta dos onze, doze anos e muitas vezes passa despercebida pelos pais e pela criança. Para se detectar o problema, muitas vezes um simples exame visual - com a criança ficando de pé (de sunga ou biquíni) e dobrando o corpo para frente como se fosse tocar os pés - já é suficiente para enxergar o desvio na coluna, cuja tendência é piorar na fase de crescimento se não houver tratamento", alerta o fisioterapeuta Rodrigo Andrade, especialista em exercícios e fundador do Instituto Escliose Brasil (www.escliosebrasil.com.br).

O que é a escliose?

Escliose é um termo descritivo para um desvio tridimensional da coluna. Em mais de 80% dos casos, uma causa específica não é conhecida. Esses casos são chamados de "idiopática", que significa "de causa indeterminada". Ela é particularmente comum em meninas adolescentes. Os principais fatores da fisiopatologia da escliose idiopática são: déficit do controle da postura corporal pelo sistema nervoso central, alteração do esquema corporal, interações anômalas entre hormônios envolvidos no processo do crescimento (melatonina), determinados defeitos genéticos da membrana celular associados às anormalidades do colágeno e dos músculos esqueléticos e distúrbios biomecânicos da coluna como estímulos e sobrecargas assimétricas.

A escliose é confirmada por meio de radiografia, que identifica o número de curvas e a gradação delas naquele momento – as curvas são progressivas, ou seja, aumentam se não forem contidas. Dependendo do grau da escliose é indicado um tipo de tratamento, seja ele composto somente por exercícios específicos para escliose; exercícios associados ao uso de colete ortopédico ou, nos casos mais severos, o tratamento cirúrgico.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares na aprovação do presente projeto de lei de grande valia para a população paulista.

Sala das Sessões, em 28/3/2019.

a) Rafa Zimbalidi - PSB

PROJETO DE LEI Nº 343, DE 2019

Dispõe sobre a obrigação das empresas, que contratam com o Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, demonstrar que são cumpridoras das leis e decretos federais naquilo que é concernente a inclusão de aprendizes e deficientes e dá outras providências

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - As empresas que desejam contratar com o Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, deverão comprovar o cumprimento das leis e decretos federais que determinam a reserva de vagas para aprendizes e deficientes.

Parágrafo único. Esta Lei somente se aplica às empresas contratadas pelo Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, que efetivamente estão obrigadas ao preenchimento das referidas vagas por aprendizes ou deficientes.

Artigo 2º – No ato da contratação, nas prestações de contas ou sempre que solicitado, as empresas que firmam contratos com o Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, para contratação de bens, serviços ou obras, deverão informar:

I - se cumprem o art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência;

II - se cumprem as obrigações do Decreto nº 9579 de 22 de novembro de 2018, que regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências;

III - se cumprem os artigos 429, 430 e 431 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovados pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que preconizam a contratação de aprendizes, e dá outras providências;

IV - se não se enquadram nestas obrigatoriedades, expondo os motivos.

Artigo 3º – A informação solicitada no art. 2º deverá ser prestada por qualquer um dos documentos abaixo relacionados:

I - documento oficial expedido por órgão responsável pela fiscalização do trabalho;

II - documentos ou relatórios emitidos eletronicamente em sites governamentais;

III - documentos oficiais disponíveis na empresa para fiscalização;

IV - por uma declaração de próprio punho do responsável legal da empresa contratada.

§ 1º No decorrer da vigência do contrato a empresa se compromete a renovar a informação disposta no caput juntamente com a entrega dos documentos relacionados à comprovação da entrega dos bens, serviços ou obras.

§ 2º Nos contratos em que a entrega dos bens, serviços ou obras forem inferiores a 30 (trinta) dias, a obrigação descrita no § 1º do art. 3º passa a ser mensal.

Artigo 4º – Caso uma empresa seja a única para a contratação de bens, serviços ou obras, indispensáveis às atividades operacionais, o Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações poderão dispensar o cumprimento do art. 2º, fundamentando no processo os motivos desta excepcionalidade.

Parágrafo único. A fundamentação que é regulada no art. 4º, deverá ser submetida ao órgão jurídico que está submetido o ente do estado para emissão de parecer.

Artigo 5º – Cabe ao Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, dar ciência expressa às empresas desta Lei no processo de contratação.

Artigo 6º – As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria de cada ente.

Artigo 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será aplicada aos contratos firmados após essa data.

JUSTIFICATIVA

As empresas que desejam contratar com o Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, deverão comprovar o cumprimento do ordenamento pátrio. Neste sentido a propositura deste projeto de lei é relevante pela indisputável obrigação do Poder Público em cumprir com as determinações legais, não sendo conivente com as empresas que estão em desacordo com a legislação, em especial, leis de tamanha envergadura como as que tratam do cumprimento da reserva de vagas para inclusão de deficientes e aprendizes. No mínimo, o Poder Público deve ser incentivador de que as empresas cumpram o seu dever social.

Embora este dispositivo não caracterize uma fiscalização por parte do Estado de São Paulo, suas Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, até por não possuírem competência para tanto, mostra-se um importante instrumento para colaborar com outros órgãos públicos, momento o órgão de fiscalização do trabalho, além de propiciar a primeira oportunidade àqueles que podem estar marginalizados pela falta de uma oportunidade, bem como, serve de importante política de primeiro emprego. A Lei Federal nº 8.213/91 define que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2 e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de deficiência. As empresas que possuem de 100 a 200 funcionários devem reservar, obrigatoriamente, 2% de suas vagas; entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1000 funcionários, 4%; empresas com mais de 1001 funcionários, 5% das suas vagas.

Mesmo com quase 26 anos de vigência da Lei, o País ainda engatinha no seu cumprimento. Além da aplicação da Lei, o Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou desde 2017 uma campanha de conscientização para incentivar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A campanha foi criada por ocasião do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência – 21 de setembro, conhecido também como "Dia D" – e foi composta por imagens e vídeos para difusão em redes sociais pelas unidades do MPT de todo o país. O próprio MPT já admitiu em várias declarações que as empresas só contratam após serem multadas. A Lei também considera crime negar ou dificultar o acesso da pessoa com deficiência ao emprego, trabalho ou promoção, em razão de sua condição, com pena de reclusão de 2 a 5 anos de prisão, e multa, conforme Art. 8º, da Lei nº 7.853/89, alterado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Com o cumprimento da Lei da aprendizagem os jovens no Estado de São Paulo têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mercado de trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de suas empresas.

A formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O empresário, por sua vez, além de cumprir sua função social, contribuirá para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade.

Mais que uma obrigação legal, que deve ser verificada pelo Poder Público, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade. Tal proposta também visa retirar o jovem da ociosidade, o que evita o envolvimento em atividades que levam ao mundo do crime e ao uso de drogas.

Conclusão

A aprovação do presente projeto de lei é simplesmente fazer cumprir, vez que já totalmente expresso nas leis federais.

Neste sentido, cabe ao Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade despenderem esforços no sentido de garantir a acessibilidade e o pleno exercício dos direitos dos deficientes e os jovens aprendizes.

Portanto, a presente propositura tem por objetivo consolidar o cumprimento da legislação e implementar ações que façam cumprir as políticas de inclusão.

Sala das Sessões, em 28/3/2019.

a) Valeria Bolsonaro - PSL

PROJETO DE LEI Nº 344, DE 2019

Dispõe sobre a complementação de recursos do Poder Público e institui a isenção de taxas de água e energia elétrica às entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O Poder Público complementará recursos para atendimento na forma prevista pelo art. 227, inciso II, da Constituição Federal, através de convênios, para as entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, reconhecidamente, instituições assistenciais, mesmo quando dentre suas finalidades não constem atividades de escolas de educação especial.

Artigo 2º – Ficam isentas do pagamento de taxas de água e energia elétrica as entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, reconhecidamente, instituições assistenciais, no âmbito do Estado de São Paulo.

Artigo 3º – As entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, reconhecidamente, instituições assistenciais, no âmbito do estado de São Paulo, deverão requerer as empresas prestadoras de serviços a isenção do pagamento das taxas de água e energia elétrica.

Artigo 4º - As empresas prestadoras dos serviços de água e energia elétrica deverão manter disponível um formulário eletrônico para o cadastramento das entidades, sem prejuízo do atendimento presencial.

Artigo 5º – As entidades contempladas com a isenção das taxas terão seus dados de identificação disponibilizados para consulta pública e deverão informar através de relatório trimestral as suas atividades assistenciais.

Artigo 6º – Em caso de constatado desvio de finalidade pelas empresas prestadoras dos serviços, a isenção será revogada, ouvidos os responsáveis pela instituição e pelo prestador de serviços de água e energia elétrica em autos administrativo mantidos na sede do prestador dos serviços.

Artigo 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será aplicada aos contratos firmados após essa data.

JUSTIFICATIVA

As entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, reconhecidamente, instituições assistenciais, no âmbito do Estado de São Paulo são associações civis, filantrópicas, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, e têm como missão: Promover e articular ações de defesa, direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. As entidades sem fins lucrativos auxiliam os estados em suas ações, visando os interesses coletivos e viabilizando a

prestação de serviços sociais, complementando as atividades que são exercidas pelos próprios entes estaduais. E por auxiliarem nas ações estatais, o poder público concede benefícios de ordem tributária a estas pessoas jurídicas, pois seria injusto tributar aqueles que ajudam o País no atendimento de serviços sociais. Os benefícios supracitados podem ser concedidos por imunidade ou por isenção de tributos. A imunidade é a renúncia fiscal, que proíbe a instituição de impostos sobre entidades do terceiro setor, sendo uma proteção concedida pela Constituição Federal, desde que as condições, que a lei considera essenciais para reconhecimento, sejam cumpridas. A imunidade tributária é uma garantia constitucional, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são proibidos de cobrar qualquer imposto sobre a renda, serviços ou patrimônios de entidades determinadas.

O Artigo 150 da Constituição Federal de 1988, institui quais entidades não podem ser tributadas, são elas: as entidades religiosas, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, os partidos políticos e suas fundações, e as entidades sindicais dos trabalhadores.

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei."

Além do mais, o § 6º do art. 150 da Constituição Federal alega: "Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g" - CF. Este artigo refere-se à regulamentação da lei específica por meio de lei complementar.

A Isenção é a renúncia, ou seja, existe a obrigação do pagamento, mas a autoridade pode dispensá-la, através de uma Lei Ordinária. E pelo exposto acima, venho por meio deste projeto de lei conceder a isenção de taxas de água e energia elétrica às entidades filantrópicas que trabalham na prevenção e atendimento para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, reconhecidamente, instituições assistenciais, no âmbito do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 28/3/2019.

a) Valeria Bolsonaro - PSL

PROJETO DE LEI Nº 345, DE 2019

Dispõe sobre a inclusão dos conteúdos de Direito das animais e Proteção animal no programa curricular das escolas públicas estaduais e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam incluídos os conteúdos de Direito dos animais e Proteção animal nos programas curriculares das escolas públicas estaduais, norteados pelo respeito ao meio-ambiente, à fauna, à flora e à biodiversidade.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao ano de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O problema dos direitos dos animais e da proteção animal há tempos vem sendo discutido nas searas pública e privada, no entanto, apenas modernamente esta problemática vem ganhando status de discussão em fóruns científicos, filosóficos e pela comunidade civil organizada.

Um dos pontos nevrálgicos desta discussão é o ultrapassado e inumano pensamento de que os animais são seres irracionais e, portanto, não merecem serem resguardados os seus direitos como seres vivos, a respeito deste tema o filósofo moderno Tom Regan tem como entende os animais como sujeitos-de-uma-vida, estes animais tem valor em si e não apenas como ferramenta do ser humano.

Nestes termos, o artigo 225, VII, da Constituição Federal garante a proteção à "fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade" e, com base neste entendimento que se apresenta aqui a discussão à respeito da importância da proteção e dos direitos dos animais como forma de proteger e garantir a saúde do meio ambiente e da biodiversidade, inspirados, essencialmente, nos ideais de solidariedade humana, fomentando assim o processo de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente as infligidas contra os animais.

Dito isto, mister se faz esclarecer que a inclusão dos conteúdos de Direito dos animais e Proteção animal no programa curricular das escolas públicas estaduais não tem o condão de, meramente impor um estudo à população, mais do que isso, busca orientar o comportamento da sociedade de uma forma mais humana e racional, nos termos do legislador Rousseuiano e, para garantir a legalidade e constitucionalidade desta proposição traz-se à luz os artigos 19 e 24, caput, da Constituição do Estado, combinados com os artigos 145, §1º e 146, III, ambos do Regimento Interno Consolidado da ALESP, que tratam da iniciativa legislativa da matéria e, ainda, chama-se o art. 24, IX da Carta Cidadã que trata da competência concorrente dos Estados para legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nestes termos, rogo para que os meus nobres pares tenham consciência da gravidade do problema enfrentado e, assim, possam unir forças para aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 28/3/2019.

a) Delegado Bruno Lima - PSL

PROJETO DE LEI Nº 346, DE 2019

Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado de São Paulo

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O sexo biológico será o único critério definidor do gênero dos competidores em partidas esportivas oficiais no Estado de São Paulo, restando vedada a atuação de transexuais em equipes que correspondam ao sexo oposto ao de nascimento.

Artigo 2º - A federação, entidade ou clube de desporto que descumprir esta lei será multada em até 50 (cinquenta) salários mínimos.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta lei estabelece normas de direito desportivo nos termos do artigo 24, IX, da Constituição Federal, que estabelece a competência concorrente aos estados para legislar sobre o tema.

É notório que uma jogadora transexual passou a integrar uma equipe feminina de vôlei, inclusive recebendo o título de melhor do ano de 2018 na categoria, conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

Tal situação vem se repetindo em diversas modalidades esportivas, em que pessoas do sexo biológico masculino, após cirurgias de redesignação sexual, alteração do nome social, implantes mamários, gluteoplastias de aumento, e ininterruptos tratamentos hormonais, passam a integrar equipes femininas.

Apesar de todos os procedimentos descritos, é fato comprovado pela medicina que, do ponto de vista fisiológico, ou seja, a formação orgânica não muda, afinal, "homens que foram formados com testosterona durante anos, já as mulheres não têm esse direito em momento algum da vida." (Ana Paula Henkel, ex jogadora de vôlei em entrevista ao portal UOL, https://www.uol/esporte/especiais/ana-paula-volei.htm#transexual-no-esporte-e-barreira-perigosa-para-mulheres?cmpid=copiaecola)

Pelo fato de terem nascido homens, o corpo foi moldado com auxílio do hormônio masculino testosterona. Já as mulheres atletas, não têm esse direito de uso do referido hormônio masculino para aumento de capacidade corporal, pois são monitoradas constantemente por exames antidoping. Caso as atletas sejam pegas com alto nível de testosterona no sangue, elas serão punidas até mesmo com a perda de títulos conquistados anteriormente.

Apenas como parâmetro, o nível de testosterona considerado normal em homens adultos é de 175 a 781 ng/dl, já em mulheres adultas, os níveis normais são considerados entre 12 a 60 ng/dl, ou seja, a diferença é muito grande.

Ademais, essa tese é corroborada pelo fisiologista Turibio Barros, colaborador do Eu Atleta, que explica: a testosterona é a chave na discussão sobre a participação de atletas transexuais em competições femininas. O hormônio é um anabolizante que faz com que a massa muscular do homem seja maior do que a da mulher, influenciando na velocidade, na força e na potência do indivíduo - o homem produz em média de sete a oito vezes mais testosterona do que a mulher. O tratamento hormonal equipara o nível de testosterona e a mulher trans comprovadamente perde força, resistência e velocidade.

Para Turibio, porém, a atleta carrega parte da herança de anos de crescimento com níveis masculinos de testosterona. Uma coisa é o background físico que ela tem antes do processo (de tratamento hormonal). Certamente ela se beneficiou da testosterona até o momento da cirurgia e do tratamento hormonal. Ela adquiria um físico. Claro que, quando ela faz o tratamento ela perde parte dos benefícios que ganhou, mas não é tudo. Então, ao comparar com uma atleta que nasceu mulher, ela tem vantagem sim, não tem como negar."

(https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/leva-vantagem-consultora-do-coi-nao-acredita-em-reviravolta-do-caso-tiffany.ghtml)

Portanto, pelo mérito contemplado, pela pertinência da proposição e por percebê-la trazendo sensíveis benefícios, conclamamos os nossos nobres Pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28/3/2019.

a) Altair Moraes - PRB

PROJETO DE LEI Nº 347, DE 2019

Dá denominação de "Yorioki Thihara", a via de acesso SPA 142/563 que liga Tupi Paulista à Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo (SP-563), por meio do Trevo Antônio Setolin, no Município de Tupi Paulista.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Passa a denominar-se "Yorioki Thihara", o dispositivo de acesso SPA 142/563 que liga Tupi Paulista à Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo (SP-563), por meio do Trevo Antônio Setolin, no Município de Tupi Paulista.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura foi encaminhada pelos Nobres Vereadores Alberto Luiz Sales e Laercio Leandro da Silva, da Câmara Municipal de Tupi Paulista e tem por objetivo denominar de "Yorioki Thihara", o dispositivo de acesso SPA 142/563 que liga Tupi Paulista à Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo (SP-563), por meio do Trevo Antônio Setolin, no Município de Tupi Paulista.

Yorioki Thihara nasceu no dia 17 de outubro de 1928 em Promissão, SP. Filho de Sítiro Thihara e Toa Thihara teve sua educação formada no seio familiar por afeto, confiança e respeito.

Em 21 de junho de 1976, mudou-se para Tupi Paulista, onde conheceu sua amada esposa Ayako Thihara com quem teve 10 (dez) filhos, Mario, Maruta, Teresa, Marly, Célia, Sérgio, Edna, Hélio, Ricardo e Marcelo.

Na década de 70 em Tupi Paulista, Yorioki era um dos pioneiros no cultivo de hortaliças e viticultura, com sua propriedade rural nas proximidades do referido acesso.

O patriarca da família Thihara faleceu em 24 de agosto de 2012, deixando um legado de trabalho e admiração na cidade de Tupi Paulista.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade, é mais do que justa a homenagem de denominar Yorioki Thihara, a via de acesso que liga Tupi Paulista à Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo, e que certamente merece ter seu nome lembrado para as próximas gerações.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 27/3/2019.

a) Mauro Bragato - PSDB

PROJETO DE LEI Nº 348, DE 2019

Cria o Projeto Proseguir no Sistema Estadual de Ensino, implementando o P.E.I.- Plano Educacional Individualizado, para os alunos com necessidades especiais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O Sistema de Ensino das redes municipais e estaduais do Estado de São Paulo, implantará o Projeto Proseguir, implementando o – P.E.I. - Plano Educacional Individual aos alunos com necessidades especiais.

Artigo 2º - O Projeto ora instituído ficará sob o comando e responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, que definirá as competências dos profissionais em cada nível educacional de seu quadro, devendo orientar e estimular as prefeituras municipais, para que o implantem nos níveis educacionais sob sua responsabilidade.

Artigo 3º - O Projeto Proseguir consiste na implantação do Plano Educacional Individual, para o acompanhamento do aluno com necessidades especiais durante a sua vida escolar, consistindo em relatórios anuais apontando os seguintes termos:

- I - As necessidades do aluno no âmbito familiar e escolar;
 - II - Avaliação das condições de saúde geral;
 - III - Necessidades educacionais especiais do aluno;
 - IV - Desenvolvimento do aluno quanto a função cognitiva, motora, e pessoal/social;
 - V - Atividades de Vida Autônoma e Social.
- Artigo 4º - O Plano Educacional Individual ao término de cada ano escolar deverá ser encaminhado para o responsável pelo aluno com necessidades especiais no próximo ano letivo.
- Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em todos os seus aspectos.
- Artigo 6º - As despesas decorrentes da aplicação da lei serão suportadas por destinações orçamentárias próprias.
- Artigo 7º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.